

17 AGO 1990

O ESTADO DE S. PAULO — 3

ESTADO DE SÃO PAULO

# Comissão aprova o orçamento para 90

**BRASÍLIA** — Sem que o relator apresentasse seu relatório e sem que os deputados conhecessem as emendas apresentadas, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou ontem o substitutivo do projeto de revisão do Orçamento Geral da União (OGU) para este ano. A proposta estima as receitas e as despesas dos orçamentos fiscal e da Seguridade Social em Cr\$ 2,5 trilhões. Pelo texto aprovado, que depende ainda de votação do plenário do Congresso, o Legislativo abre mão de suas prerrogativas e passa por cima da Constituição ao autorizar o Poder Executivo a abrir créditos suplementares para incorporação aos orçamentos da União sem autorização do Congresso.

O Executivo poderá incorporar aos orçamentos da União, sem prévia consulta ao Legislativo, o excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados pelos órgãos e entidades da administração direta, e o excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados pelos órgãos e entidades da administração indireta — à qual estão vinculadas as empresas estatais. A receita proveniente do aumento das tarifas públicas, por exemplo, poderá ser incorporada aos orçamentos por decreto do presidente da República. A Constituição, no Artigo 167, Inciso 5º, proíbe a abertura de

crédito suplementar sem prévia autorização legislativa.

O substitutivo aprovado, que manteve a proposta de revisão originária do Executivo, destina mais de Cr\$ 1 trilhão, este ano, ao resgate dos títulos da dívida mobiliária federal. Segundo um técnico da extinta Secretaria de Orçamentos e Finanças (SOF) da também extinta Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Cr\$ 144,3 bilhões que serão empregados no resgate de títulos provêm de recursos ordinários do orçamento fiscal. "A despesa com o resgate aparece, mas toda a rolagem da dívida mobiliária está sendo feita fora do orçamento. O custo dos encargos não aparece e assim fica fácil conseguir um superávit", ironizou a fonte.

O relator da comissão, deputado João Alves (PFL-BA) disse que das 1.700 emendas que recebeu aprovou apenas 400. A distribuição do anexo com as emendas deveria ter sido feita antes da votação, mas ele só deve ser conhecido hoje. Alves também não apresentou seu relatório como determina a praxe legislativa. Apesar de ter causado espanto a rapidez com que o projeto foi aprovado, os deputados presentes não protestaram. O deputado José Serra (PSDB-SP), que estava ausente, deve apresentar destaques ao texto aprovado.